

Para o MÍNIMO voltar a ser GRANDE



Foto: Antoninho Perri

Abertura do Seminário Salário Mínimo e Desenvolvimento, realizado nos últimos dias 28 e 29: Unicamp contribui para a formulação de políticas públicas

O salário mínimo é importante para o crescimento da economia, cumpre um papel fundamental na distribuição de renda e deve ser recuperado a médio prazo. Essas foram, em linhas gerais, as principais conclusões tiradas do Seminário Salário Mínimo e Desenvolvimento. O encontro reuniu

na Universidade, nos últimos dias 28 e 29, três dezenas de representantes da academia, do governo e de sindicatos. Mais que organizar e sediar o evento, o Instituto de Economia (IE) da Unicamp dá uma importante contribuição para que o tema volte a ser prioritário na formulação de políticas públicas.

As teses expostas no encontro serão publicadas em livro que vai subsidiar a agenda da Comissão Quadripartite do Salário Mínimo, instituída por decreto pelo governo federal e que deve ser instalada na próxima semana. Nesta e nas próximas duas páginas, cinco professores que participaram do seminário fazem uma análise do peso

do salário mínimo hoje na sociedade brasileira. Cláudio Dedecca (IE-Unicamp), José Dari Krein (IE-Unicamp), Lena Lavinias (UFRJ), Paulo Baltar (IE-Unicamp) e Tarcísio de Araújo (UFPE/ABET) concordam num ponto: a retomada da elevação do salário mínimo contribuiria para a construção de uma sociedade mais justa.

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

Lula prometeu na campanha que duplicaria o valor real do mínimo ao longo do mandato. Isto é factível?

Cláudio Dedecca – Não haveria nenhuma possibilidade de duplicar o salário mínimo, por vários motivos. Em primeiro lugar, porque o mínimo vinha sendo depreciado há muito tempo. Reverter esse movimento não seria fácil, mesmo porque seria necessária uma ampla discussão sobre o assunto. Em segundo lugar, o país está há 20 anos estagnado. Isto significa uma situação de deterioração, de perda de qualidade em termos de desempenho econômico. É necessário, portanto, articular a recuperação do salário mínimo ao desempenho da economia em termos de aumento da produtividade e de aumento de emprego. É totalmente diferente discutir hoje a recuperação do mínimo, se comparado à década de 70, quando a economia vinha crescendo e as condições eram muito favoráveis. Hoje, a conjuntura reduz a possibilidade de tornar factível essa proposta que o presidente Lula havia defendido. Reduz a tal ponto, que ele prontamente abandonou a promessa da campanha.

Tarcísio de Araújo – Você não pode querer resolver, em economia, todas as coisas com um único elemento. Não acredito que, com o salário mínimo, serão solucionados os problemas de distribuição de renda. De fato, se você quiser duplicar o valor do salário mínimo, corre o risco de gerar mais desemprego e maior informalidade no mer-

cado de trabalho. Isto teria de estar combinado a outras medidas. É importante destacar, nesse contexto, as diferenças regionais. Uma coisa é você falar em São Paulo e Rio Grande do Sul, outra é falar em Nordeste, onde o salário mínimo tem um peso muito maior.

Paulo Baltar – Não há dúvida de que é importante elevar o salário mínimo, embora não seja apenas uma questão de fixar seu valor nominal. Outras coisas precisam ser feitas para garantir o poder de compra do salário. Antes, pensávamos sobretudo na cesta básica e em alguns alimentos e produtos. Hoje, depois da privatização, os preços dos serviços de utilidade pública ficaram tão importantes quanto à cesta básica para o cotidiano das pessoas. Por outro lado, associado ao baixo salário mínimo, temos no Brasil uma diversidade de remuneração do trabalho muito grande. É importante, portanto, a recuperação do ponto de vista de uma política que oriente um estreitamento dessas diferenças de remuneração. Não se trata apenas de elevar o salário mínimo, que por si só já é uma tarefa difícil, dura e necessária. Porém, não sei se é a melhor solução fixar um prazo de quatro anos para dobrar o valor do mínimo. Teremos reações contrárias e sistemáticas a uma política de recuperação. E não é só da parte de alguns empregadores, mas também de famílias, já que uma elevação vai afetar a remuneração de trabalhos de serviços pessoais e domésticos. É, portanto, uma tarefa difícil depois que o mínimo caiu a um nível tão baixo. É mais difícil restaurar o valor do salário do que ter de brigar para impedir essa queda. É fundamental, para uma política de redução das diferenças

de rendimento do trabalho, conceber, junto com outras medidas, uma política sistemática e firme de elevação. Sem ela, não acredito que se consiga reduzir as diferenças.

Lena Lavinias – Queria lembrar que, informalmente, usa-se no Brasil a linha de meio salário mínimo per capita mensal, como linha de pobreza. Isto está inclusive instituído como parâmetro para a concessão de benefícios, como a LOAS, por exemplo. Uma família pobre com quatro membros, em média, vai ser colocada quase na linha da pobreza. Portanto, o salário mínimo per capita é um salário de indigência se levarmos em conta o parâmetro usado no Brasil.

O senhor (a) concorda que o mínimo perdeu visibilidade, deixou de ser bandeira da maioria dos sindicatos e cada vez mais é visto como mero elemento indexador?

José Dari Krein – A partir do momento que o salário mínimo deixou, por seu valor muito baixo, de ser referência de remuneração das categorias mais estruturadas, a luta principal dos sindicatos passou a ser em torno da recuperação do poder de compra dos salários em relação à inflação passada, menos em relação à recuperação do mínimo. Tanto que os sindicatos foram introduzindo progressivamente uma luta em torno do piso da categoria profissional, distinta do piso do salário mínimo. Em São Paulo, por exemplo, as categorias mais bem-estruturadas estão bem acima do salário mínimo. Estudo feito pelo Cesitem 2004 mostra que a categoria menos remunerada tinha 1,6 de salário mínimo. Por outro lado,

algumas das categorias mais estruturadas se beneficiam de uma certa forma de serviços mais baratos, proporcionados exatamente pelo baixo valor do mínimo. Então não há, da parte desses setores, um grande interesse na elevação do salário mínimo, já que isso implica em aumento dos seus gastos com serviços pessoais. A bandeira em torno do mínimo sempre foi das centrais sindicais, mas não tem o poder de mobilização no conjunto do movimento sindical. É uma bandeira que está sempre presente no 1º de Maio, mas há poucas mobilizações efetivas em torno da elevação do salário mínimo, o que é um problema. Uma elevação significaria também uma redução do leque de rendimentos, criando solidariedade entre os trabalhadores no sentido de criar um padrão de remuneração que resulte numa condição de vida melhor do conjunto do assalariado. A desestruturação do mercado de trabalho também deixou o sindicalismo mais fragilizado. Num processo de crise acentuada, a tendência geral é a de preservação do emprego. Cabe ressaltar, nesse contexto, o papel da CUT e de outras centrais sindicais, que em dezembro mobilizaram os sindicatos por meio de uma marcha nacional que resultou na incorporação, no orçamento, de um valor do salário mínimo acima daquele proposto pelo governo, que era de R\$ 283,00.

Cláudio Dedecca – O outro problema é que, de 1990 para cá, você tem um efeito de esmigalhamento progressivo do mercado de trabalho formal – que já era problemático e heterogêneo –, sobretudo nas categorias mais importantes, onde estão os sindicatos. Isso provocou o deslocamento para um segundo plano da bandeira principal, que era a questão da renda. A

grande bandeira passou a ser a defesa do emprego. Tanto é que a perda salarial, nos últimos 14 anos, foi muito violenta. Esse é um elemento relevante para entender porque o salário mínimo foi rebaixado. O emprego virou um elemento-chave. Um exemplo é a categoria dos bancários: em 1990, tinha 1 milhão de trabalhadores; no final da década, este número caiu para 400 mil... Em cada dez, sobraram quatro... Na indústria, de um modo geral, aconteceu algo parecido. Tudo isso deslocou o debate do salário para a questão do emprego.

Paulo Baltar – A desestruturação, a redução e a informalização do emprego colocaram a classe trabalhadora na defensiva. Acredito que, se implementada uma política de governo que sinalize com toda a clareza um comportamento sistemático de aumento, você resgata a visibilidade do salário mínimo. Isto, provavelmente, vai relativizar essa idéia de levar o salário mínimo como indexador. Na medida que o salário mínimo recuperar de fato o seu valor, vai deixar de ser um indexador fácil. Qualquer barganha de piso salarial de categoria que queira se referir ao mínimo, caso ele esteja em processo de elevação, o empregado vai ter uma resistência e a negociação vai ser duríssima. Duvido que se mantenham essas referências com tanta facilidade como se mantêm hoje devido à banalização do salário mínimo como objeto de política. Caso esse objeto seja recuperado, muda o caráter do salário mínimo e vai aparecer toda a sua importância em termos de orientação para as diferenças das faixas salariais.

Continua nas páginas 6 e 7